

**Acórdão do Tribunal de Justiça (Sétima Secção) de 28 de fevereiro de 2012 ?  
Comissão/França**

**(Processo C-119/11)**

«Incumprimento de Estado ? Diretiva 2006/112/CE ? Artigos 99.º e 110.º ? Imposto sobre o valor acrescentado ? Taxa reduzida ? Aplicação de uma taxa reduzida às receitas realizadas com as entradas das primeiras apresentações de concertos dados em estabelecimentos em que se servem facultativamente bebidas durante o espetáculo»

Disposições fiscais ? Harmonização das legislações ? Impostos sobre o volume de negócios ? Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado ? Possibilidade de os Estados-Membros aplicarem transitoriamente uma taxa reduzida ? Reintrodução de uma taxa reduzida de 2,10% nas receitas realizadas nas entradas das primeiras representações de concertos dados em estabelecimentos onde são prestados de modo facultativo serviços de consumo durante o espetáculo, após aí ter aplicado uma taxa reduzida superior a 5% ? Inadmissibilidade (Diretiva 2006/112 do Conselho, artigos 99.º e 110.º) (cf. n.os 30, 32, 37 e disp.)

**Objeto**

Incumprimento de Estado ? Violação dos artigos 99.º e 110.º da Diretiva 2006/112/CE do Conselho, de 28 de novembro de 2006, relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (JO L 347, p. 1) ? Aplicação de uma taxa reduzida de IVA de 2,10% em relação às entradas das primeiras apresentações de concertos dados em estabelecimentos que se servem facultativamente bebidas durante o espetáculo ? Proibição de alargar o âmbito de aplicação de uma derrogação após o seu alcance ter sido reduzido.

**Dispositivo**

1)

Ao aplicar, desde 1 de janeiro de 2007, uma taxa de imposto sobre o valor acrescentado de 2,10% às receitas realizadas com as entradas para as primeiras apresentações de concertos dados em estabelecimentos em que se servem facultativamente bebidas durante o espetáculo, a República Francesa não cumpriu as obrigações que lhe incumbem por força dos artigos 99.º e 110.º Diretiva 2006/112/CE do Conselho, de 28 de novembro de 2006, relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado.

2)

A República Francesa é condenada nas despesas.